

DIFERENÇA ESTÁ EM 3 BILHÕES DE DÓLARES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.09.1983

O problema fundamental da política econômica brasileira em face ao desequilíbrio externo é conseguir maiores financiamentos de forma a poder compatibilizar o pagamento de parte dos juros que vencem anualmente e o aumento de nossas importações necessário para que a economia volte a crescer.

A estratégia do FMI e dos bancos credores é a de reduzir ao mínimo os novos aportes de recursos. A estratégia brasileira sofreu uma mudança porque agora estamos solicitando mais recursos a fim de terminar 1984 com reservas internacionais positivas. De qualquer forma a posição brasileira continua a ser a de solicitar novos empréstimos de forma conservadora aceitando o objetivo do FMI de um saldo de 9 bilhões de dólares.

Para 1984 espera-se que o déficit em conta corrente do Brasil seja reduzido através do aumento do saldo da balança comercial para esse valor. Esse saldo, por sua vez, só será viável com a manutenção das importações em nível extremamente reduzido, em torno de 15 a 16 bilhões de dólares. Ora, como existe a curto prazo uma relação estável (só modificável a médio prazo, com substituição de importações ou re-direcionamento da produção para bens com menor coeficiente de importações) entre as importações e o produto interno bruto (PIB), importações de 15 a 16 bilhões de dólares só são viáveis com a manutenção da economia em depressão durante todo o ano de 1984

No final desse período, teremos uma dívida de mais de 100 bilhões de dólares, de forma que é pouco provável que os credores internacionais se disponham a voltar a nos emprestar livremente. Será, então, necessário manter a política econômica recessiva em 1985 e provavelmente mais além. Conforme declara o boletim do banco Morgan, um dos nossos grandes credores, o restabelecimento do “mercado”, ou seja, de linhas de crédito regulares para os países devedores foi geralmente avaliado de forma muito otimista pelos

defensores da solução recessiva tipo FMI, que imaginam que a atual crise financeira internacional é meramente conjuntural. Na verdade, “será provavelmente necessária o transcurso da maior parte desta década (cerca de 5 anos) para que os principais devedores entre os países menos desenvolvidos possam restabelecer o acesso regular aos mercados financeiros” (World Financial Markets, junho de 1983).

A alternativa da moratória, por sua vez, implica em um financiamento adicional compulsório de cerca de 3 bilhões de dólares em 1984. Seu limite é a obtenção, obrigatoriamente, de um saldo comercial de 4 a 6 bilhões de dólares, já que os serviços reais do Brasil (seguros, transporte, turismo) são de aproximadamente 4 bilhões. Tomando-se os 6 bilhões como número mais seguro (comparados com os 9 bilhões da terceira carta de intenções ao FMI), isto nos permitiria importar 3 bilhões a mais, ou seja, cerca de 18 a 19 bilhões de dólares, que seriam compatíveis com uma retomada moderada do crescimento. Nossa dívida externa, por sua vez, aumentaria adicionalmente nesse valor. É certo, entretanto, que, caso a moratória seja unilateral, enfrentaremos por algum tempo graves dificuldades no plano do financiamento de curto prazo de nossas importações e exportações.

Com a moratória, que não interessa aos credores e apresenta riscos para nós, conseguiremos, portanto, cerca de 3 bilhões de dólares a mais de financiamento, que nos permitiriam estancar a atual recessão. Não nos cabe declará-la, porque não nos interessa agredir diretamente os credores. O que precisamos e temos o poder de demonstrar e até um certo ponto de exigir de nossos credores são esses recursos adicionais. A forma de exigí-los é simplesmente realizando uma política interna austera, mas não recessiva, compatível com o aumento controlado das importações para 18 a 19 bilhões de dólares em 1984. Para os bancos credores, desde que apoiados por seus respectivos governos, esta diferença será perfeitamente suportável, e, para o Brasil, uma questão de sobrevivência industrial e de um mínimo de respeito para com a população que caminha para a fome e o desemprego.(27/09)